

SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de novembro 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(58)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus declaro aberta a sessão extraordinária que tem como objetivo votar o projeto de autoria do Poder Executivo 21.532/2015.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados que também convoca uma sessão extraordinária a realizar-se um minuto após o encerramento desta, com objetivo de votar o projeto 21.532/2015 de autoria do Poder Executivo.

Não há Pequeno Expediente.

Deputado Sandro Régis, há um Grande Expediente aqui que é do PSDB, na extraordinária. Estou perguntando se foi feito o acordo, por acordo, aqui tudo pode.

O deputado Luciano Ribeiro me questionou no Regimento que mesmo em sessão extraordinária tem que ter Grande Expediente. Eu só estou querendo cumprir o Regimento. Agora, por acordo eu não convido para o Grande Expediente, só por acordo. Preservou o acordo.

Mas é verdade, V.Ex^a questionou o Regimento e, a partir de agora, sessão extraordinária terá Grande Expediente, mas por acordo a gente retira desta

convocação.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PP/PSL/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Marquinho Viana, que está assumindo aqui a coligação com o PP e neste momento se deslocando do DEM e, nos 6 minutos restantes, o deputado Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Nobre Presidente, Srs. Deputados, quero aqui, também, parabenizar o deputado Herzem Gusmão pela vitória obtida. É sempre bom estar livre para disputar as eleições e deixar que o povo decida, realmente, em quem quer votar. Então parabéns ao Herzem por sair vitorioso nesse processo.

Mas Sr. Presidente, venho a esta tribuna, hoje, para falar de um problema que está preocupando a todos nós e em especial a mim, porque sou da Chapada Diamantina. Queria dizer que o governador Rui Costa tem realmente demonstrado, nesses 10 meses de mandato, conhecer a máquina pública e está fazendo um belíssimo governo à frente da Bahia. Ele vem mostrando também que conhece todas as suas áreas, porque teve a experiência de trabalhar como secretário com o governador Jaques Wagner e vem revelando sua dedicação, em especial nesse caso da Chapada Diamantina.

O governador vem se empenhando, com o secretário Eugênio, para resolver o problema. Eles sobrevoaram a área e constataram que a situação está realmente difícil. Ele já disponibilizou quatro ou seis aeronaves para ajudar a apagar aquele incêndio, mas tive informação das pessoas lá de Lençóis, também de Mucugê, que é o maior incêndio que já houve na nossa região da Chapada Diamantina. O governador, com toda sua equipe, está fazendo todo o esforço possível para controlar o incêndio, mas, realmente, o fogo está queimando tudo que vê pela frente.

Então, Sr. Presidente, queria deixar registrado, nos anais desta Casa, o empenho do governador e de toda a sua equipe para apagar o incêndio na Chapada Diamantina, que tem se repetido a cada ano.

Serei breve, Sr. Presidente, porque sei que há um acordo na sessão. Quero só deixar registrado que a nossa região, uma das mais belas do Estado da Bahia, que é a Chapada Diamantina, está sendo destruída pelo fogo que está queimando diversos animais silvestres. É uma perda imensa não só para nós que vivemos naquela região, mas para toda a natureza recuperar a fauna e flora após esse incêndio.

Então, nobre presidente, eu sei que está tendo um acordo aí para a continuidade da sessão, quero agradecer pela tolerância desse período. (Pausa.)

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Então, Sr. Presidente, eu vou continuar o meu discurso, porque os nobres deputados ainda estão discutindo a continuidade da sessão e eu quero deixar registrado aqui, mais uma vez, a dificuldade, não só na minha

região, lá na Chapada Diamantina, mas também na região do Oeste.

Estive em Bom Jesus da Lapa e via situação lá, a seca, o sol está torrando, realmente, tudo o que passa pela frente. Os produtores que criam gado, alguns até com dificuldades, duzentas, trezentas cabeças que morreram porque não têm mais o que comer. São grandes as dificuldades e temos, realmente, que tomar uma providência, armazenar a ração para o gado, porque é uma região que está sendo, realmente, massacrada, uma pelo sol e a outra pelo fogo, e outras regiões com muita chuva.

E também com esse novo desastre em Minas Gerais, que só quem está lá, que consegue ver a dimensão do tamanho do desastre no meio ambiente, que vai levar anos, talvez 20, 30 anos para recuperar aqueles rios com aquela lama tóxica ou resíduos da mineração.

Então, nobre presidente, era isso que eu queria deixar aqui registrado nos Anais desta Casa e pedir um apelo àqueles que trafegam nos veículos para que não joguem bituca de cigarros, aqueles turistas que estão visitando a Chapada ou que vão visitar, para que não acendam fogueiras.

O Sr. PRESIDENTE (Vítor Bonfim):- Para concluir, nobre deputado Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Para concluir, nobre presidente Vitor Bonfim. Era só isso que queria registrar nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vítor Bonfim): Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos assistem, os que nos ouvem também através da *TV Assembleia*, subo a esta Tribuna para tecer alguns comentários acerca do momento singular por que passa a capital da Bahia, iniciando um ciclo virtuoso na resolutividade de problemas que, historicamente, têm se acumulado aqui na capital da Bahia.

E eu estou tratando, como fiz em outras oportunidades, das grandes intervenções estruturantes em torno de melhorar a mobilidade urbana da nossa capital, Salvador, que certamente será uma das capitais mais bem aquinhoadas com obras estruturantes, na direção de melhorar a capacidade de ir e vir do baiano, mas, em específico, do povo soteropolitano.

Tudo isso começou ainda no primeiro governo Wagner, quando o Complexo Viário Dois de Julho, próximo ao aeroporto, desafogou aquele nó que existia naquela proximidade do nosso aeroporto. Depois veio a Via Expressa, uma obra estruturante que rompeu com o hiato de mais de 30 anos de obras desse vulto, aproximando daqueles que precisavam acessar o Porto de Salvador uma rota livre que hoje serve de maneira exemplar àqueles pessoas que transitam mercadoria no Porto de Salvador. Uma obra moderna, feita com qualidade, além de outras obras importantes, a exemplo do Complexo Viário do Imbuí/Narandiba, ou seja, do viaduto que dá acesso a

Narandiba, incluindo as alças de acesso à BR-324 com a Av. Luís Eduardo Magalhães e o seu prolongamento na direção do Curralinho para melhorar a acessibilidade ao Stiep.

Além dessas obras, 2 grandes avenidas duplicadas estão a caminho, quais sejam, a Av. 29 de março e a Av. Gal Costa, pois cortarão, transversalmente, a península que envolve a capital baiana ao unir o Subúrbio à costa norte, melhor, ao Litoral Norte da nossa capital.

Além disso, o governo do Estado pega o metrô de calça-curta, aquele metrô que envergonhava os baianos, o metrô que havia consumido R\$ 1 bilhão e não ia a lugar nenhum. Esta é uma das obras mais evidentes, uma das obras cujo transcurso está notabilizando a passagem dos que trafegam na Linha 2 do metrô e, de maneira muito acelerada, vai acessar, na Linha 2, o aeroporto e a vizinha cidade de Lauro de Freitas.

O conjunto dessas obras e a articulação rodoferroviária e metroviária na Estação de Pirajá trarão Salvador para a contemporaneidade do ponto de vista da mobilidade urbana. É um conjunto de investimentos superior a R\$ 7 bilhões, quando somada toda sua inteireza. Isso é uma obra ou um conjunto de intervenções estruturantes que vão elevar Salvador para o patamar de uma cidade, melhor, de uma capital do hemisfério sul, aqui nos trópicos, com um nível de mobilidade semelhante e compatível com as necessidades dos seus quase 3 milhões de habitantes.

Portanto, são essas obras que, definitivamente, comprovam o compromisso das últimas administrações e das últimas gestões do governo baiano. Isso demonstra que a boa aplicação e o planejamento romperam a letargia que, até então, caracterizava Salvador e trazia toda a sorte de dificuldades para aquelas pessoas que se movimentavam há bem pouco tempo na nossa capital.

Então, a nossa capital está recepcionando um conjunto de obras jamais visto em sua história recente e será uma das capitais mais acessíveis e uma das capitais cuja mobilidade urbana será considerada uma das melhores e das mais modernas dentre todas as capitais do hemisfério sul.

Portanto, estamos aqui louvando esta iniciativa e demonstrando que a Bahia vem mudando e assumindo ares de modernidade com obras estruturantes, obras que vêm transformando para sempre o cenário da letargia que acometia o nosso Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o Líder da Oposição para falar ou indicar orador.

O Sr. Sandro Régis:- Falará, por 6 minutos, o deputado José de Arimatéia e, por 5 minutos, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, vocês que nos assistem através do Canal Assembleia, venho a esta tribuna, primeiro, para cobrar do governo do Estado uma posição,

melhor, uma resposta a uma pergunta: qual a agência ou qual o órgão do governo estadual acompanhará ou fiscalizará a atuação da Coelba aqui no Estado?

Eu tenho aqui uma nota com respeito à energia elétrica, inclusive da própria Agerba, que divulgou o esclarecimento. (Lê) “A agência estadual de regulação de serviços públicos de energia, transportes e comunicação da Bahia (AGERBA) não atua na fiscalização dos serviços de energia elétrica desde 30 de junho de 2008, quando foi extinto o convênio com a agência nacional de energia elétrica (ANEEL), que a delegava a realizar este trabalho.

A assinatura de outro convênio com a Aneel depende da aprovação do plano de reestruturação da AGERBA, já enviado a casa civil do governo do Estado para posterior discussão e aprovação pela Assembleia Legislativa.”

Então, é preciso uma explicação do governo no que diz respeito à renovação da assinatura com a Aneel, para definir qual o órgão que estará substituindo a Agerba para fiscalizar a agência de energia, Coelba. Essa explicação o governo tem que dar com urgência. As reclamações têm chegado na Comissão de Defesa do Consumidor e os baianos ainda não sabem a quem se dirigir.

Gostaria de pedir, portanto, ao Líder do governo, Zé Neto, também ao deputado Rosemberg Pinto que levem ao conhecimento do governo do Estado, porque o povo baiano, o consumidor, precisa de uma atenção, de um acompanhamento. Até porque sabemos que a Coelba está fazendo o serviço, mas há outras empresas terceirizadas que não estão cumprindo o que o regulamento diz.

Como presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, faço esse apelo para que haja sensibilidade do governo, porque desde 2008 que esse contrato foi vencido e até agora não foi renovado. Estivemos em Brasília com o Dr. Romeu e ele nos informou exatamente isso, que o governo do Estado precisava assinar um convênio indicando qual a empresa que faria esse convênio com a Aneel, a fim de fiscalizar a própria Aneel. Porque a própria Aneel não tem aqui no Estado um representante que possa fiscalizar a agência que fornece energia ao Estado da Bahia.

Então um Estado com 417 municípios não pode ficar assim à mercê. Inclusive, hoje, tudo o que tem envolvimento com o dinheiro público, com o orçamento, é fiscalizado. Assim ocorre com esta Casa, conosco, deputados, com as prefeituras e com o próprio governo. Enfim, somos todos fiscalizados, mas a Coelba está livre, desimpedida e só Deus sabe o que está acontecendo. Portanto, faço esse apelo e conto com a sensibilidade do Líder do governo Zé Neto.

Gostaria também de registrar que no próximo dia 2, faremos uma audiência pública, na Comissão de Defesa do Consumidor, referente aos problemas dos funcionários da Ebal; e no dia 09/12, também teremos outra audiência pública em relação ao excesso de radares nas ruas de Salvador, nas BRs do nosso Estado e também na nossa Princesa do Sertão.

Era o que tinha que deixar registrado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos amigos e amigas parlamentares, uma referência ao meu grande Líder Sandro de Oliveira Régis.

Ontem, estive na Capital Federal acompanhado dos deputados Herzem Gusmão, Pedro Tavares, Bruno Reis, Lúcio Vieira Lima e o presidente estadual da nossa legenda, Geddel Vieira Lima, no congresso da Fundação Ulysses Guimarães tratando da reforma do estatuto do nosso PMDB e do programa de governo do PMDB Passo para o Futuro.

Foi claro naquele encontro a questão que o PMDB em nível nacional está rachado. Uma parte do partido prefere o rompimento com o governo do PT e outra parte do partido a manutenção. Eu, por minha vez, e falo aqui por toda nossa bancada estadual, sou pelo rompimento com o governo do PT já que não somos responsáveis por essa política econômica porque não fomos nós que a pensamos. O PMDB resolveu marchar com a presidente Dilma, ganhou a eleição, mas essa política econômica não foi pensada e o PMDB não é ouvido pelo governo central nas modificações que pretendemos fazer no Brasil.

Gostaria também de aproveitar esse nosso pronunciamento para relatar que, na segunda-feira, eu e os deputados estaduais Adolfo Viana Neto e Eduardo Sales fomos a Recife, capital pernambucana, para mais um encontro do movimento União Pelo Nordeste com a presença de deputados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Maranhão. Realmente, foi apresentada uma carta dos deputados estaduais de Pernambuco sobre o que eles pensam do Semiárido pernambucano e de sugestões para melhora da qualidade de vida daquele povo tão sofrido. Iniciamos também, aqui na Bahia, um documento com esse mesmo modelo.

Ontem, em Brasília, aproveitei e despachei com o senador Otto Alencar sobre uma as conclusões que nós tiramos desse encontro, segunda-feira, em Recife, que é a importância da revitalização do Rio São Francisco.

Entendemos a importância de que as águas abençoadas do Velho Chico cheguem em outros Estados da Federação, como é o caso de Pernambuco, Ceará Rio Grande do Norte e Paraíba, mas para que essas águas cheguem, o rio tem que estar forte, o rio tem que voltar aos seus belos dias de força, o que não acontece. Um grande exemplo disso é a Barragem do Sobradinho que só tem 3% de água. E, a partir do próximo mês, nobre deputado Euclides Fernandes, a vazão para Paulo Afonso vai diminuir mais uma vez. A geração de energia está extremamente crítica, por que não dizer que daqui a algum tempo nem as águas do Sobradinho vão sobrar para a geração de energia em Paulo Afonso.

A situação do abastecimento de água das cidades ribeirinhas, tanto do lado do Sobradinho, quanto do próprio leito, é extremamente grave. O sofrimento do nosso pobre sertanejo do Vale do São Francisco, seja do Baixo, Médio ou do Alto São Francisco, é de extrema importância, é gravíssimo. Praticamente, metade do nosso Estado e 70% dos Estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte já estão em estado de emergência; já não há abastecimento de água para cidades como

Fortaleza que tem quase 2 milhões de habitantes e Mossoró com mais de 400 mil. A situação do nosso Nordeste é de extrema cautela.

Fica aqui o registro das minhas viagens, a Recife, na segunda-feira, e a Brasília, na terça-feira.

Muito obrigado pela atenção, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vítor Bonfim):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/ PCdoB/ PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, falará o deputado Antônio Henrique.

O Sr. PRESIDENTE (Vítor Bonfim):- Com a palavra o deputado Antônio Henrique Júnior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- (Lê) “Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Senhores e Senhoras, Boa-tarde!

Participei, hoje pela manhã, da Décima Oficina Estadual dos Agentes de Crédito do CrediBahia

O evento foi promovido pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte e contou com a presença de representantes de 90 municípios baianos.

Confesso que fiquei bastante satisfeito com os números apresentados pelo presidente da Desenhbahia, Dr. Otto Alencar Filho, anunciando que a Agência de Fomento do Estado da Bahia já bateu a meta estabelecida para este ano, liberando R\$332 milhões, em 20 mil operações de crédito, sendo que deste montante, R\$60 milhões foram liberados em 18 mil operações de microcrédito.

Desta forma, fica caracterizado o empenho do governo do Estado em melhorar o setor da economia solidária fortalecendo o desempenho de pequenas associações e cooperativas, financiando os sonhos de quem faz a nossa economia acontecer.

Aproveito para parabenizar os 27 prefeitos que receberam, durante o evento, o Prêmio Paul Singer. Entre eles está o prefeito Antônio Henrique, do município de Barreiras. Foi ele que, no ano de 2002, teve a iniciativa de intermediar a instalação do CrediBahia para estimular o desenvolvimento econômico e apoiar as micro e pequenas empresas naquele município.

Este ano, Barreiras dá um exemplo de empreendedorismo e se destaca como um dos municípios que mais celebrou contatos com o CrediBahia, sendo destaque também ao registrar uma das mais baixas taxas de inadimplência.

É dessa forma, senhores e senhoras, que estamos trabalhando para construir uma sociedade com mais justiça social.

Boa-tarde e obrigado a todos pela atenção.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vítor Bonfim):- Deputado Zé Neto, pelo tempo restante de 5 minutos há algum orador?

O Sr. Zé Neto:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PTN/ PROS/ PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 11 minutos.

Antes de passar a palavra ao deputado Rosemberg Pinto, gostaria de informar a V.Ex^{as} que recebemos aqui em nossa Casa, na tarde de hoje, a visita dos estudantes da Escola Municipal Governador Miguel Arraes, do município de Lauro de Freitas. Agradeço a vocês pela presença.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, alunos que visitam a nossa Assembleia, servidores, imprensa, tenho acompanhado as diversas ações do nosso governo e o clamor que a sociedade tem feito para que possamos ter uma saúde pública de qualidade. Sei das dificuldades que passam as prefeituras, o Estado e a própria União enfrentando essa crise econômica que trouxe uma série de problemas para o mundo inteiro, inclusive para o Brasil e para a Bahia.

O governador Rui Costa, ontem, tomou uma medida de controle de gastos. Isso é uma demonstração de que o nosso governo está comprometido em honrar os compromissos do governo, em especial dos servidores do Estado da Bahia.

O governador Rui Costa, ontem, tomou uma medida de controle de gastos públicos. Vejam, isso é uma demonstração de que o nosso governo está comprometido em honrar os compromissos em relação aos servidores do Estado da Bahia. O governador tem-se preocupado bastante, inclusive, em trazer o debate a esta Casa no sentido de se tentar equilibrar as diversas remunerações para que elas não ultrapassem, às vezes, o teto máximo do Estado que é o salário do governador, seja a partir do próprio Executivo ou do Legislativo ou do Judiciário.

Vamos abrir este debate aqui. Logicamente, há uma preocupação nossa, do governo, em não trazer nenhum prejuízo para aquelas pessoas que já estão enquadradas neste formato. Mas é necessário regular essas questões para evitar distorções entre as remunerações dos servidores, seja ele do Executivo ou do Legislativo ou do Judiciário. Por isso quero louvar o governador por este tipo de procedimento.

Ontem, o Congresso Nacional, a partir da Câmara de Deputados, também, deu uma demonstração de maturidade quando os deputados federais entenderam ser necessário refletir sobre aquela votação feita em cima da emoção do momento. Foi uma votação açodada, feita no mês passado, ao aprovar o reajuste acima da capacidade da União para cumprir com as obrigações dos vencimentos dos servidores federais do Judiciário. Aquela votação foi de iniciativa do presidente da Câmara dos Deputados que, naquele momento, aproveitou da emoção que se encontrava a Câmara

dos Deputados e acabou que os deputados federais, sem analisar detalhadamente o projeto, aprovaram o aumento do reajuste dos vencimentos dos servidores públicos federais.

A presidenta Dilma vetou o projeto. Ontem, os deputados federais entenderam ser necessário refletir sobre aquela votação feita em cima da emoção do momento. Do ponto de vista da maturidade daquela Casa e dentro de uma posição de compreensão do momento que nós estamos vivendo, foi mantido o veto da presidenta da República. E, por conta disso, acho que o Congresso, ontem, cumpriu com o seu dever de votar, deputado Fábio Souto, de forma a compreender a capacidade financeira da União.

Acho que a decisão do Congresso em retroceder de sua posição é uma sinalização para a sociedade da tentativa de todos nós ao demonstrar que a política, ainda, é o caminho para solução dos problemas materiais. Com isso, desmistifica-se a ideia de uma parte da sociedade brasileira que tenta criminalizar políticos. Este processo de criminalização da política não se vincula a nenhuma agremiação partidária, senão a todos.

Lamento, também, algumas medidas. Nós vimos falando aqui sobre este período de corrupção. Quero inclusive chamar todos para nos ajudar nesta caminhada. Hoje, deputado Fábio Souto, fui conversar com o prefeito de Cairu que esteve aqui presente e, lamentavelmente, ele veio me dizer que, diante de todas as dificuldades por que passam todos os municípios, ele detectou haver pessoas desviando remédios da prefeitura.

Isso é um absurdo! Orientei o prefeito para ele registrar uma queixa a fim de averiguar quem estava desviando os remédios. Neste momento em que a sociedade clama por uma saúde pública de qualidade, verificam-se pessoas vinculadas à própria prefeitura ao desviar remédios. Obviamente, ninguém sabe por qual motivação. Espero que o acusado venha à tona.

Quero, depois, chamar todos os deputados que atuam naquela região para que possamos, juntos, fazer com que esses fatos se esclareçam e as pessoas envolvidas, dentro do regramento da lei, sejam, obviamente, acionadas.

Presidente, hoje aqui, vamos apreciar um projeto de lei que regula taxas para processos de licenciamento. Coloquei, aqui, a minha opinião outro dia com relação às taxas que estão sendo modificadas.

O secretário do Meio Ambiente esteve nesta Casa apresentando as justificativas dessas alterações. Quanto à maioria das dúvidas que tínhamos, elas foram, em quase sua totalidade, sanadas, porque não é justo que uma área a ser licenciada acima de 20 mil hectares tenha valores, extremamente, parecidos com os valores das áreas de 50 ou 100 ou 200 hectares.

Estive fazendo uma conta. Parece haver uma mudança significativa quando vai para um valor de R\$ 50 mil, uma taxa de licenciamento, mas é uma taxa para uma área, deputado Fábio Souto, em torno de R\$ 150 milhões. Então quem tem uma área e quer licenciar nesse valor, há de se ter um outro tipo de cálculo.

Estive conversando com o secretário sobre aquela região do Oeste, em especial onde há grandes áreas para o agronegócio. Então, para se fazer um licenciamento, são

necessárias várias horas de voo, a fim de se verificar e fazer uma análise mais criteriosa como, por exemplo, a contratação de uma equipe para fazer esse tipo de trabalho para o licenciamento. Tal verificação acaba custando, às vezes, mais do que o valor da taxa de licenciamento. Isso acaba ficando às custas do Estado. Logo, não poderia o Estado ter taxas para licenciar um empreendimento em que o custo do licenciamento seja maior do que a taxa que está sendo cobrada.

Vejam, o governo deve refletir sobre isso. Colocamos que, também, tem de haver um prazo para este licenciamento. É esta a maior queixa do empreendedor, pois ele paga um valor e não acha exorbitante pagar R\$ 50 mil para um empreendimento de valores das taxas de R\$ 100 ou R\$ 150 milhões. Mas o empreendedor quer que haja um período para que essa licença seja, de fato, efetivada.

E, aí, discutimos um prazo de até 6 meses, pois este é um prazo, inclusive, que a União tem para regular as licenças ambientais de responsabilidade dela. A legislação dá esse prazo. Acho pertinente que, aqui na Bahia, também, faça assim para que a gente dê segurança ao empreendedor do investimento que ele quer fazer no Estado.

O governador acerta quando concorda com este tipo de procedimento, porque, além de garantir que o Estado correrá para resolver a questão, dá uma segurança jurídica ao empreendedor que, muitas vezes, faz financiamentos para esses empreendimentos.

Por isso, meu querido presidente, quero dizer que já estamos preparados. Naturalmente, alguns deputados, ainda, têm dúvidas. Parece-me que, hoje, apresentaremos o projeto. E, na dúvida, qualquer deputado terá, certamente, o direito de fazer uma solicitação para uma melhor apreciação do tema.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos. (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Por todo tempo falará a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, deputado, amigo, Marquinho Viana, caros parlamentares, ouvintes da *TV Assembleia*, funcionários desta Casa, o que me traz aqui é dar notícias da nossa reunião na Comissão Direitos da Mulher, esta manhã, marcando a agenda que finalizará os trabalhos dessa comissão no ano de 2015. A comissão é formada pelas deputadas Ivana Bastos, Neusa Cadore, Luiza Maia, Maria del Carmen, Ângela Sousa e Fátima Nunes e o deputado Bira Corôa.

No dia 25, quarta-feira que vem, às 10 horas, no “Plenarinho” desta Casa, faremos o lançamento da campanha Dezesesseis Dias de Ativismo no Enfrentamento da Violência Contra a Mulher. Essa data será marcada nesta Assembleia pelas presenças

da secretária Olívia Santana, da SPM, e de representantes da Rede de Mulheres Negras, do Movimento Feminista, do Movimento de Mulheres e do NEIM, Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher.

Hoje, dia 18 – é bom que se reafirme –, há 20 mil mulheres negras em Brasília para a Marcha de Mulheres Negras, compromisso que não é só do nosso mandato, como também é compromisso da Comissão Direitos da Mulher.

As mulheres negras, que, hoje, são a grande maioria das mulheres do nosso Estado, sofrem com a violência, sofrem com a desigualdade de oportunidades, sofrem com a não inclusão no mundo do trabalho, muito mais do que as mulheres brancas. Porque, se as mulheres já sofrem com a sub-representatividade nos espaços de poder, com os salários absurdamente assimétricos, sofrem com a violência – como mostra o Mapa da Violência de 2015 –, a mulher negra tem, nesse recorte, ainda mais risco, mais casos de violência.

E é por isso que é importante – já estivemos aqui ontem falando da Conferência Estadual – fazer esse recorte e reafirmar o compromisso com as mulheres negras. Temos representantes da Bahia, saíram daqui várias caravanas que farão parte, em Brasília, dessas outras 20 mil mulheres, para criarmos uma pauta específica.

Falando nesse compromisso, no lançamento dos Dezesesseis Dias, também lançaremos um manifesto, uma carta assinada pela comissão, que cobrará atitude contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que faz e aprova projetos contra a mulher. Um homem que está, hoje, sendo investigado por corrupção, por lavagem de dinheiro, que deveria, deputado Marcell, ter entregue seu cargo para apuração, um homem cujas provas foram recepcionadas pelo relator do Conselho de Ética, é que está colocando pautas que são um desserviço à sociedade e um desserviço à causa da mulher. Por exemplo, recentemente, o projeto de sua autoria que busca impedir, proibir meios de comunicação de informação, de instrução das equipes médicas, para mulheres em situação de interrupção da gravidez, inclusive nos casos previstos de abortamento legal. Isso impediria um médico de estar atendendo, uma enfermeira, uma pessoa da equipe de saúde, de estar conduzindo um caso em que poderia, inclusive, salvar a vida dessa mulher nos casos previstos em lei, deputada Ivana, que são os casos de estupro, de anencefalia, enfim. Não podem projetos como esse. Projetos não de sua autoria, mas que ele colocou para tramitar, que pretendem – como dizia mais cedo a deputada Luiza Maia – determinar o comprimento das saias das mulheres ou o tamanho ou o formato do sutiã.

Faremos uma carta em apoio aos direitos da mulher, em apoio às pautas das mulheres e em repúdio a pautas conservadoras, que representam retrocesso nas pautas das mulheres, nas pautas feministas, e que representam, também, o que pensam alguns conservadores daquela Casa, que precisam receber abaixo-assinados, cartas, campanhas que vão de encontro ao que pensa a maioria das mulheres. Esse é o papel da comissão.

Ficamos felizes com o lançamento, já marcado para o dia 26, da campanha “Quem ama abraça fazendo escola”, exatamente porque se combate a violência, também, fazendo com que, na escola, gibis e cartilhas sejam distribuídos aos

professores e aos alunos para promover uma educação em que haja a equidade de gênero, a igualdade entre as pessoas e a aceitação de que todos somos iguais perante a lei. Somos desiguais do ponto de vista físico, mas iguais do ponto de vista dos direitos.

Dia 26, às 9 horas, no Centro Cultural da Câmara, quero convidar vocês: a Assembleia Legislativa lançará, junto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e com a Secretaria da Educação, esta campanha, “Quem ama abraça”.

Por fim, estive nos visitando na comissão, deputada Ivana, o nosso Líder da Bancada, deputado Zé Neto. Estávamos discutindo a sub-representatividade das mulheres em todos os espaços de poder. Inclusive, um dos eixos da conferência estadual, o Eixo 3, é estimular candidaturas femininas no pleito para vereadoras e prefeitas em 2016, porque é nisso que acreditamos. Há muito mais chance de uma política ser priorizada, ser conduzida por uma candidata mulher. Nós temos que 51% da população é feminina e 52% dos eleitores são mulheres. Estávamos debatendo e sugeri que pegássemos um projeto que já tramita nesta Casa, de autoria da deputada Neusa Cadore, para a obrigatoriedade de uma representante das mulheres na Mesa Diretora. Fazemos daqui, também, um exemplo para conquistar esse espaço, já que em fevereiro de 2017 teremos eleição da nova Mesa, e nós devemos encaminhar um projeto de resolução com a mudança. Temos certeza de que o presidente Marcelo Nilo, que tem sido sensível às pautas das mulheres nesta Casa, será sensível a esta. O Líder Zé Neto disse que encaminharia, e nós vamos conversar com o presidente Marcelo Nilo e com o Líder da Bancada, Sandro Régis.

A Sr^a Ivana Bastos: - V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Com o aparte a deputada Ivana Bastos.

A Sr^a Ivana Bastos:- Minha querida deputada, que tão bem nos representa à frente da Comissão Direitos da Mulher nesta Casa, com muita honra seguimos a sua orientação. Acho positivo e acho que a hora é esta. Hora de mostrar que queremos o nosso espaço e que brigaremos por esse espaço. O ano que vem será de eleições. Tive o prazer de assumir o PSD Mulher no Estado da Bahia, e nós estamos nos movimentando. A deputada Ângela Sousa também faz parte do diretório, juntamente com a prefeita de Porto Seguro, a prefeita Cláudia Oliveira, e nós estamos movimentando toda a nossa Bahia onde temos o PSD como diretório. Acredito que devemos começar dando o exemplo desta Casa, aprovando esse projeto da deputada Neusa Cadore. Acredito que não haverá constrangimento por parte da Oposição ou motivo para não fazer acordo com o líder do governo para que possamos, sim, neste ano, dar esse presente a esta Casa e à Bahia, para que no ano que vem possamos também ter nas Câmara de Vereadores uma mulher na Mesa, e para incentivar a eleição de vereadoras, prefeitas e vice-prefeitas.

Cumprimento-a mais uma vez. Nos orgulhamos por ser mulher, nos orgulhamos por fazer parte da “casa das sete mulheres”. Vamos juntos buscar os nossos direitos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Muito obrigada, deputada Ivana Bastos, V.Ex^a que é presidente do PSD Mulher. Estão todos convocados ao “lobby do batom” - essa

expressão foi criada pela senadora Lídice da Mata quando era constituinte – para aprovar ainda neste ano o projeto que garante essa presença de um membro, ao menos, na Mesa Diretora, e mostrar que realmente os homens desta Casa são sensíveis aos nossos pleitos e estarão conosco defendendo esse projeto.

Muito me orgulho em tê-la, bem como a deputada Ângela Sousa, Neusa Cadore e demais deputadas, somos uma Casa de poucas pessoas, mas mostramos a nossa eficiência, haja vista que o primeiro projeto aprovado e sancionado pelo governador Rui Costa foi um projeto feito por uma deputada mulher e aprovado para as mulheres.

Vamos juntas pelo lobby do batom, pela presença de ao menos uma representante, deputada mulher, uma deputada na Mesa Diretora.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Concedo a palavra ao nobre líder do bloco parlamentar DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Fábio Souto:- Por 5 minutos falará o deputado Marcell Moraes e por 6 minutos falarei eu.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Sr. Presidente, colegas deputados, Galeria, boa-tarde. O que me traz aqui, nesta tarde, é para falarmos sobre o que está ocorrendo na Chapada Diamantina, onde há 15 dias o fogo vem destruindo os seus parques e matando os animais. É lastimável que só agora o governo do Estado tome as providências necessárias.

As pessoas estão muito preocupadas com as tragédias que ocorrem em todo o mundo, inclusive na França, mas aqui, em nosso Estado, na nossa Bahia, no nosso patrimônio que é a Chapada Diamantina, com seus parques belíssimos que datam de milhões de anos, neste exato momento está sendo destruída pelo fogo, e o governo do Estado mais uma vez se omite e manda socorro de última hora.

Já destruiu, deputado Marquinho Viana, mais de 3 mil hectares. Deputado Fábio Souto, são 3 mil hectares já destruídos na Chapada Diamantina. São animais, neste exato momento, morrendo, queimados pelo fogo. É preciso que o governador do Estado decreto estado de emergência para a Chapada Diamantina.

Em uma determinada data o governador do Estado pega a Chapada Diamantina e coloca como capital simbólica da Bahia, mas nesse exato momento, governador, precisamos que o governo do Estado, que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o secretário Eugênio se manifestem e resolvam de uma vez por todas o que está ocorrendo na Chapada Diamantina, que decreto estado de emergência, pois não podemos deixar acabar mais um patrimônio do Estado da Bahia.

Como ambientalista e protetor de animais, fico muito triste em ver a Chapada Diamantina se acabando pelo fogo, e o governador do Estado ainda não foi ao local. Manda equipe, a imprensa... Deputado Marquinho Viana, ele manda a equipe. A imprensa pouco fala sobre o que está ocorrendo na Chapada Diamantina.

A Comissão do Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, a qual presido, precisava discutir esse assunto tão importante, e hoje não teve quórum. Também

venho fazer um desabafo e um apelo aos Srs. Deputados que fazem parte dessa comissão. Essa comissão era para estar discutindo, hoje, o momento que a Chapada Diamantina está vivendo. A Comissão do Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos não teve quórum! É preciso que os deputados que fizeram um compromisso com o povo da Bahia para fazer parte... Peço aos membros dessa comissão altamente importante, neste momento difícil que está passando a Chapada Diamantina, que compareçam, para que possamos debater esse assunto tão relevante.

A Chapada Diamantina, neste exato momento, deputada Fabíola Mansur, está se acabando, e o governo do Estado, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente precisam tomar providências o quanto antes...

A Sr^a Ivana Bastos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELL MORAES:- Concedo um aparte ao deputado Fábio Souto, que havia solicitado anteriormente, e depois concederei a V.Ex^a, deputada Ivana Bastos.

O Sr. Fábio Souto:- Agradeço a V.Ex^a, um deputado que, com muita dignidade, representa o meio ambiente e a defesa dos animais. Quero fazer um parêntese, deputado Marcell Moraes, que o interessante disso é que há quatro anos tivemos um incêndio...

O Sr. MARCELL MORAES:- Verdade!

O Sr. Fábio Souto:- Há três anos tivemos um incêndio; há dois anos tivemos outro; no ano passado também; este ano estamos tendo incêndio novamente. Então, é uma coisa repetitiva, é uma coisa que vem acontecendo na época da seca. Quando a vegetação está seca é praxe acontecer esses incêndios de grande proporção. Estive raciocinando, deputado Marcell Moraes, e acho que V.Ex^a... Gostaria também de me associar a V.Ex^a, para fazermos um projeto indicando ao governo que faça uma estrutura de Corpo de Bombeiros, de combate ao incêndio. É muito difícil! O incêndio acontece, aí vem o Corpo de Bombeiros de Itaberaba, que não é suficiente, depois vem o de Salvador. Depois de 10 dias o governo pede a ajuda do governo federal...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

Gostaria de conceder, na condição de Líder, mais 2 minutos ao deputado Marcell Moraes. Eu ficarei com 4 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Obrigado, deputado.

O Sr. Fábio Souto:- Então, poderíamos fazer juntos uma indicação ou um projeto ao governo, para que ele fizesse um núcleo de combate ao incêndio da Chapada Diamantina, já que isso é uma rotina. Aquela região precisa, efetivamente, de uma ação como essa.

Parabéns pelo discurso de V.Ex^a, que destaca um assunto de extrema importância para o nosso Estado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Deputado Fábio Souto, parabênz também V.Ex^a, que é um deputado atuante e membro da Comissão do Meio Ambiente, o qual estava presente hoje. Sei que V.Ex^a está preocupado com esse tema. Vamos fazer juntos, sim, para que possamos solucionar de uma vez por todas o que acontece todos

os anos na Chapada Diamantina.

Deputada Ivana Bastos, concedo um aparte a V.Ex^a.

A Sr^a Ivana Bastos:- Meu caro deputado Marcell Moraes, que tão bem representa a causa dos animais e também nos honra...

O Sr. Fábio Souto:- Deputada, com licença.

A Sr^a Ivana Bastos:- Pois não.

O Sr. Fábio Souto:- Concedo mais um minuto ao deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Os dois minutos ainda nem foram computados.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- A pedido do Líder Fábio Souto, que tinha 6 minutos de fala, concedo...

O Sr. Fábio Souto:- Concedo mais um minuto para ele, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- V.Ex^a vai conceder 3 dos seus 6 minutos. É isso?

O Sr. Fábio Souto:- Não, Sr. Presidente, concedo apenas 1 minuto para ele.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Então, é 1 minuto para ele e 5 min para V.Ex^a.

Por favor, marquem mais 1 minuto para o deputado Marcell Moraes.

A Sr^a Ivana Bastos:- Concordo com V.Ex^a que os deputados desta Casa precisam participar mais de todas as comissões. A gente precisa assumir mais esse papel de debater e de buscar informações.

Agora, deputado, o governo Rui Costa tem feito todo o esforço no caso do incêndio da Chapada. Ontem, inclusive, o governador sobrevoou toda a região. Durante a manhã estivemos no Inema, e o governador também solicitou que fosse um feito um estudo através do Cema, para que ali formassem um comitê a fim de podermos, no futuro, ter a prevenção e diminuir esses incêndios. Há também a suspeita de que esses incêndios possam ter sido criminosos. O governador Rui Costa também solicitou à Secretaria de Segurança Pública uma investigação.

Então, o governo tem feito a sua parte, mas depende também do vento e da proporção da seca que estamos enfrentando. Então, você vê ali que a chuva não chegou na região. Então, até fogo é culpa do governo? Não é! Quando o fogo chegou, o governo chegou junto para tentar resolver o problema.

O Sr. MARCELL MORAES:- Deputada, me permita discordar de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Para concluir, Sr. Presidente.

Nobre deputada, permita-me discordar de V.Ex^a. O governo é culpado, sim! São 9 anos deste governo e 9 anos em que não há prevenção nenhuma previsão contra incêndios na Chapada Diamantina.

O deputado Fábio Souto fez uma colocação...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- O tempo de V.Ex^a está esgotado! Já são mais de 5 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Estou concluindo, Sr. Presidente.

O Sr. Fábio Souto:- Sr. Presidente, concedo mais 1 minuto do meu tempo para

o deputado Marcell Moraes.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Marque mais 1 minuto para o deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Muito obrigado, deputado Fábio Souto.

Deputada Ivana, o governo é culpado, sim, devido a essas omissões. Estamos no século XXI! Veja, como V.Ex^a falou: “Até do fogo o governo é culpado?” É culpado sim, porque deveria ter prevenção. O governador, em vez de sobrevoar a área, deveria colocar uma bota e sair para...

A Sr^a Ivana Bastos:- Ele colocou! O governador esteve lá, pois reuniu-se com os brigadistas...

O Sr. MARCELL MORAES:- Deputada, eu não lhe concedi aparte! Já fiz isso antes.

Então, é erro do governador do Estado, repito, é erro do governador.

A Sr^a Márcia Telles, incompetente gestora do Inema, deveria sair do seu gabinete e ir para lá fiscalizar, pois as árvores...

A Sr^a Ivana Bastos:- Mas...

O Sr. MARCELL MORAES:- Eu não lhe dei aparte, deputada. Já concedi aparte a V.Ex^a.

Eu fico muito triste em ver V.Ex^a assim, pois deveria, sim, abraçar a causa e cobrar do governador do Estado para trabalhar. Agora, dizer que o governador não tem culpa nenhuma? Ele tem culpa sim! Este governo é inerte em relação ao meio ambiente. São 9 anos de governo neste Estado e a Chapada Diamantina está pegando fogo. E o governo não faz nenhuma campanha de prevenção. Se o governo estivesse preocupado, colocaria fiscais na região e faria o núcleo na Chapada Diamantina. Todo ano sofremos com este absurdo dos incêndios na Chapada Diamantina matando animais.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Deputado Marcell Moraes, o tempo de V.Ex^a está esgotado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Está aí a inércia do governo do Estado!

E está aí a incompetente Márcia Telles, diretora do Inema.

Concluí, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu entendi a preocupação e a colocação do deputado Marcell, pois ele é atuante nas causas ambientais e na proteção aos animais.

Conversando com os deputados Rosemberg Pinto e Ivana Bastos, acho que está mais do que na hora de o governo do Estado aumentar a estrutura de combate contra incêndios do Corpo de Bombeiros, já que é uma coisa corriqueira o que está acontecendo naquela região. Os incêndios, propositais ou não, a cada ano, efetivamente, destroem este bioma importantíssimo para o Estado da Bahia.

Como sugestão, trago a elaboração de um projeto de lei – se possível, junto ao deputado Marcell Moraes – para, efetivamente, o governo do Estado aumentar a estrutura relativa ao combate contra incêndios já que todo ano ocorrem incêndios na região e o contingenciamento dessa situação, às vezes, demora.

O Sr. Marcell Moraes:- Um aparte, deputado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- O governo estadual pediu ajuda ao governo federal para que aviões da FAB viessem ajudar a combater os incêndios. No entanto, isso só ocorreu 10 dias depois.

Então, se o governo tiver uma estrutura preparada...

O Sr. Marcell Moraes:- Um aparte, deputado.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Vou dar-lhe um aparte, deputado Marcell Moraes.

Então seria melhor o governo do Estado ter um cronograma para combater os incêndios de forma mais rápida.

Senti a mesma preocupação do deputado Marcell Moraes quanto ao combate contra incêndios para os mesmos serem rápidos a fim de que este importante bioma do nosso Estado não seja tão prejudicado.

Com o aparte o deputado Marcell Moraes e, em seguida, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Marcell Moraes:- Serei breve.

Deputado Fábio Souto, V.Ex^a, mais uma vez, está de parabéns.

O governo do Estado precisa se prevenir o quanto antes, porque se Nero colocou fogo em Roma, não quero crer que o governador Rui Costa colocará fogo na Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Com o aparte o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Fábio Souto, quero parabenizá-lo por seu pronunciamento como também parabenizo o deputado Marcell Moraes.

Quero lembrar que essas queimadas e esses incêndios na Chapada Diamantina – como falei há pouco – não são uma questão só ambiental, mas também é uma questão de segurança pública. Como V.Ex^a falou, é preciso que o governo crie estrutura capaz de combater esses malefícios ao nosso bioma da Chapada Diamantina.

Eu falava que o governo ainda tem, na rubrica do seu Orçamento em investimento para segurança pública, mais de R\$ 250 milhões previstos para gastar em 45 dias se quiser. Infelizmente este governo não investe em segurança pública. Está aí um exemplo claríssimo de que ele não está preocupado com a segurança pública na Bahia.

Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado Fábio!

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Agradeço o aparte, deputado Hildécio Meireles, e incorporo ao meu pronunciamento.

Queria colocar também, deputado Marcell, que hoje o superintendente nacional do DNPM saiu, pediu demissão. É o homem que fiscaliza, que tem nesse importante órgão federal o papel de fiscalizar todas as barragens federais. Nesta questão de

Mariana ficou claro, até pela saída desse cidadão que era o superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral, que não havia nenhuma fiscalização nas barragens das mineradoras. Com o que aconteceu em Minas Gerais e o que pode acontecer na Bahia, nós nesta Casa temos o dever de chamar a atenção do governo...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, deputado.

O Sr. FÁBIO SOUTO: (...) para a fiscalização.

Peço 30 segundos a V.Ex^a para concluir.

Isso é de suma importância aqui no nosso Estado, onde existem várias barragens de mineradoras com potencial alto risco de ter um acidente. Mas infelizmente não observamos em que se nenhuma um plano de emergência para uma situação de risco que possa ocorrer a comunidades que vivem perto delas.

Igualmente quero chamar atenção para o fato de que o governo estadual deve imediatamente, através de seus órgãos fiscalizadores, começar a fiscalizar essas barragens situadas aqui na Bahia, que podem ser um risco muito grande também no nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Antes de passar a palavra ao Líder do governo no tempo de dois minutos do PT, queria só esclarecer aqui um ponto de vista. Eu, como sou da Chapada Diamantina, tenho algumas informações porque estou lá o tempo todo na minha região de Barra da Estiva, Mucugê e Andaraí.

Então, além de ter o Corpo de Bombeiros em Itaberaba, tem também em Lençóis. Afora isso, o governo treinou vários brigadistas, forneceu aquelas roupas. Em Barra da Estiva mesmo tem a Brigada de Incêndio. E agora várias aeronaves - me parece que seis - ajudando a combater esses incêndios.

Sei que o incêndio tomou proporção, Fábio. V.Ex^a foi muito correto aqui na sua fala. Tomou proporção. Como diz a Ivana, por ser uma região muito alta, o vento lá sopra muito. E está muito seco realmente.

Numa Serra lá na minha cidade tem o Morro Santa Bárbara, que todo ano pega fogo. Então, é alguém que passa com uma bituca de cigarro ou faz uma fogueira. Portanto, o que precisa mesmo é ter mais fiscalização e treinar algumas pessoas. Nisso concordo.

Marcell, gosto muito de você, que sabe disso. A Márcia Telles tem verdadeiramente demonstrado uma competência no Inema, ela que veio da área de fiscalização. E o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos tem vários técnicos treinados, mas precisa de mais gente treinada. Também concordo. Só que numa crise destas o governo, para aumentar o custeio, não tem condição. Está fazendo o possível, vem pedindo apoio, tem as aeronaves. Aí, vamos torcer que com elas esse fogo seja controlado, porque é mesmo uma área difícil a da belíssima Chapada Diamantina.

O Sr. Fábio Souto:- Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Pela ordem, deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- A questão aqui toda que eu e Marcell quisemos colocar é que o esforço está sendo insuficiente. A gente sabe que tem Corpo de Bombeiros em

Itaberaba. Mas é que é insuficiente.

Nós já temos aí, Marcell, dez dias de incêndio.

O Sr. Marcell Moraes:- Quinze.

O Sr. Fábio Souto:- Quinze dias de incêndio. E ele não foi controlado! O que é isso? Se tivesse mais gente, mais aviões, mais carros de bombeiro, é claro que o controle dele seria mais rápido.

Então, estamos fazendo aqui uma sugestão para o próximo ano. Com fé em Deus, não vamos ter incêndios. Porém, se tivermos, efetivamente o governo já terá uma melhor estrutura. É como V.Ex^a falou: todo ano acontece incêndio nesta época por causa da seca. Ou proposital ou não, todo ano está acontecendo. Portanto, o governo tem de ter essa consciência, pelo menos neste período, de aumentar o efetivo e deslocar gente dum lugar que não tem problemas lá para a Chapada, onde quase todo ano nestes meses está havendo incêndios.

Portanto, a colocação nossa é uma sugestão. Eu conversei até com o deputado Rosemberg aqui sobre isto. É apenas uma sugestão de Marcell, um grande conhecedor das questões dos biomas do Estado da Bahia, da Chapada Diamantina, e defensor do meio ambiente, para que efetivamente no próximo ano esse problema não venha a ocorrer de novo.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Por seis minutos falará o deputado Zé Raimundo. E pelos outros seis, o deputado Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo por seis minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, Imprensa, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, desde ontem a Oposição vem colocando questões relativas ao meio ambiente, seja o incêndio da Chapada Diamantina, seja o problema das barragens.

Quero dizer que o deputado Fábio Souto teve uma visão extremamente cautelosa, pedagógica sobre o problema. Efetivamente, é uma situação que toda a Bahia acompanha e deve estar preocupada, da mesma forma que o governador Rui Costa. No caso nacional, a presidenta Dilma, o governo federal em relação a Minas Gerais. Não só S.Ex^a vem tomando todas as providências para debelar os incêndios na Chapada como também o secretário Eugênio Spengler, sem falar no Inema, pois todos osseus dirigentes vêm cuidando do assunto, orientando e encaminhando medidas.

Quanto à questão do Semiárido, os indicadores não são, eu diria, alvissareiros em relação à chuva neste 2015. As pesquisas indicam que teremos durante o ano algo em torno dos 50 a 60%, índices menores de precipitação pluviométrica. Portanto, a tendência no Semiárido, sobretudo na nossa região do Sudoeste da Bahia, a Serra Geral, onde se vai concentrar um carecimento dessas precipitações, merece de todos nós o cuidado.

Natural e emergencialmente, o governador vem tomando todas as medidas.

Agora, com todo o respeito ao deputado Fábio Souto, não podemos culpar S.Exa. pelo incêndio da Chapada, porque incêndio até no Paraíso existiu, gente! Até lá no Paraíso, com Adão e Eva, existiu incêndio!

É um lugar-comum! Sei que o deputado foi inclusive no sentido não de evitar o incêndio, mas do combate, de uma maior eficácia, uma maior racionalidade. E me parece que o esforço do governador vai nesse sentido, gente! As parcerias com o Exército, as parcerias com o governo federal, as brigadas que estão lá, o treinamento que o deputado Marquinho Viana, presidente desta sessão, já colocou aqui. Então, nobre deputado Fábio Souto, devemos louvar o governador Rui Costa nesta seca prolongada!

Aliás, tá lá o problema em São Paulo! Veja São Paulo! Tá lá! Eu vou culpar o governador Alckmin por causa da falta de chuva?! Não! A crítica que lhe deve ser feita é porque muito antes se sabia, ...

O Sr. Fábio Souto:- Um aparte, Excelência.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO: (...) se sabia...

Eu vou pedir desculpa ao nobre deputado, mas é porque o meu tempo desta feita foi rápido, muito curto. Só cinco minutos.

Pois não. Rapidinho. Rapidinho!

O Sr. Fábio Souto:- É só pra esclarecer. Eu não culpei aqui o governador pelo incêndio. V.Ex^a se equivocou.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Não. Eu não me... Eu corrigi, eu corrigi. Eu complementei, eu complementei.

O Sr. Fábio Souto:- Não. Não fui eu! Não fui eu, deputado!

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Você criticou a medida dele.

O Sr. Fábio Souto:- O senhor se equivocou. Eu não disse que o governador era culpado pelo incêndio. Pode ter sido outro deputado. Não fui eu, entendeu?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Não. Eu disse, eu corrigi. Eu disse que aparentemente, mas que V.Ex^a. na verdade criticava a falta duma espécie demaior empenho do governador no sentido de combater os incêndios.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a agora é, é...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- É, eu corrigi.

O Sr. Fábio Souto:- Eu não falei que o governador tinha culpa pelo incêndio.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Mas agora estou dizendo e constatando que S.Ex^a tem feito um trabalho extraordinário.

Por exemplo, amanhã mesmo estaria tendo uma grande reunião em Vitória da Conquista com o Secretário Dr. Eugênio Spengler. Porém, em função desse incêndio na Chapada ele adiou essa questão da Barragem do Rio Pardo, ou melhor, do Comitê da Bacia do Rio Pardo e do Comitê da Bacia do Rio de Contas, em função dessa crise na Chapada, e para lá se dirigiu com toda a sua equipe.

Então, o governador Rui Costa tem tomado cuidado. Mas a Oposição querer culpar o governador por tudo que acontece na Bahia... Pelo amor de Deus, gente! A questão das barragens, por exemplo, na Bahia, é uma alerta, mas tem barragem aí de muitos e muitos anos! São barragens que não foram construídas nem por Wagner nem

por Rui! Aliás, a Oposição dizia que Rui não construiu barragens. Agora, as barragens com problema é culpa de Wagner?! Ora!

O alerta que veio de Minas é bom! Tudo que for no sentido de alertar a sociedade e agilizar a psicologia do governo para solucionar os problemas são alertas importantes. Nesse sentido é justo reconhecer. O governador Rui Costa tem cuidado da seca, tem cuidado também das chuvas em Salvador – está construindo dezenas e dezenas de proteção para as nossas encostas para, exatamente, fazer um governo democrático, um governo que cuida das pessoas.

Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria, portanto, de dizer que esse alerta é importante, mas lembrar que esses problemas aí são problemas históricos. Se as barragens estão com problemas, não foram criados pelo governador Jaques Wagner muito menos pelo governador Rui Costa, e haveremos oportunamente de, tecnicamente, responder com as medidas e providências que o governador vem tomando.

Peço desculpas ao deputado Carlos Geilson, mas não poderia conceder o aparte porque só tive 5 minutos, V.Ex^a tem falado tanto aqui, a tarde inteira criticando o governo, mas oportunamente dialogaremos sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra, pelo restante do tempo de seis minutos, o nobre deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, funcionários da Casa, telespectadores que nos assistem pela *TV Assembleia*, volto a esta tribuna ainda tratando das situações ocasionadas pelo incêndio que toma conta de boa parte da Chapada Diamantina e que aqui dessa tribuna ontem chamei a atenção. Gostaria, e seria muito importante que não procurássemos aqui partidizar um tema tão importante, um tema que tem mexido diretamente com a vida de pessoas, com o meio ambiente do nosso Estado. Mas sem dúvida alguma, Sr. Presidente, o governador Rui Costa e sua equipe, assim, com muita proatividade, deu e está dando todo o suporte necessário ao combate nas áreas atingidas.

Não podemos aqui, deputado Joseildo, fazer de conta que não conhece a realidade dos assuntos, porque sabemos que estamos vivendo um período mais crítico nos últimos anos do fenômeno El Niño, que ocasiona no Sul do País um aumento das chuvas e tempestades e no Nordeste brasileiro aumenta o sol, a seca, o clima seco, que só contribui para a proliferação de focos de incêndio. E na Bahia, também por culpa da irresponsabilidade do homem, do ser humano, que não aprendeu até hoje e não sabe conviver nem com a própria natureza, deputado Joseildo. Ano após ano a gente sempre vê esses mesmos desastres acontecerem ao longo de outros governos.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- Antes de conceder o aparte, deputado Joseildo, a V.Ex^a, eu queria tratar também de outro assunto não menos grave que já saiu na imprensa nacional e também nos jornais de circulação aqui do Estado e diz respeito à tragédia

na Barragem de Mariana. A preocupação, deputado Joseildo, é que esse desastre chegue ao Extremo Sul do nosso Estado, que chegue à região do Parque Nacional de Abrolhos.

Então, queria fazer um apelo, na tarde de hoje, porque vi que recentemente o Ministério Público do Estado de Minas Gerais fez, deputado Fábio, um acordo com a Vale – empresa responsável e culpada pelo desastre que aconteceu – no valor de US\$1 bilhão para que esse recurso seja usado para amenizar os problemas, Presidente Marquinho, ocasionados por tal desastre.

Eu queria chamar a atenção da Casa para que a começássemos a discutir, deputado Fábio, o que vamos fazer, de onde virão os recursos caso chegue à Bahia! Nós não podemos concentrar, Sr. Presidente, esses recursos, como estão garantidos hoje, apenas para o Estado de Minas Gerais, sendo que os ambientalistas já estão anunciando que chegará ao nosso Estado da Bahia, ou seja, uma tragédia anunciada.

Então, queria fazer um apelo para que nós encampássemos essa discussão aqui pela Assembleia Legislativa, para levá-la ao governo do Estado, ao governo federal; pois nós precisamos começar a discutir de onde virão esses recursos para amenizar os problemas, caso chegue ao nosso Estado, conforme estão prevendo os nossos ambientalistas.

Então, deputado Joseildo, queria conceder um aparte a V.Ex^a. O deputado Sandro é quem vai falar?

O Sr. Sandro Régis: - Gostaria de um aparte, deputado!

O Sr. ALEX LIMA: - Então, queria, deputado Sandro Régis, conceder um aparte a V.Ex^a e dizer que, em nome da Liderança da Oposição, fizéssemos aqui uma comissão. Já pedi, na tarde de ontem, que fizéssemos uma comissão para que pudéssemos ser também facilitadores das doações, acompanhar as ações do governo junto aos focos de incêndio. Acho que esta Casa precisa entrar nesse debate, porque não adianta fecharmos a porta depois que formos roubados. Precisamos começar a discutir, caso chegue ao nosso Estado, de onde virão os recursos e quais serão os responsáveis por essa tragédia.

Concedo o aparte ao Líder da Oposição, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: - Deputado Alex, quero primeiro lhe parabenizar. V.Ex^a traz um tema importantíssimo para Casa. Hoje, pela manhã, recebi uma ligação de alguns amigos de Lençóis, onde a situação é crítica. Lá em Lençóis tem uma parte chamada murundu, que parece com um canal, e ele disse que já está secando, porque as barragens, em cima dos rios, não foram abertas ainda. Então, V.Ex^a traz um debate importante. Acho que a Casa tem que se mobilizar também, in loco na Chapada, para contribuírmos com essa situação.

Parabenizo V.Ex^a e a nossa Bancada da Oposição está à disposição para esse debate, para esse fortalecimento da sua ideia. Tenha certeza de que esse discurso que V.Ex^a faz agora, com este Plenário quase vazio, é um dos temas mais importante do momento; porque, se isso não for equacionado agora, os nossos filhos sequer conhecerão a Chapada Diamantina. Então o parabenizo e peço que V.Ex^a libere esse discurso e essa luta aqui na Assembleia Legislativa da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- Peço a sua tolerância para concluir. Incorporo o aparte do deputado Sandro Régis, e tenho certeza, deputado, de que esta Casa não ficará fora desse debate tão importante, de um tema da importância dessas duas questões que tratei aqui na tarde de hoje.

Queria agradecer a tolerância do presidente, fazer esse encaminhamento aqui e tentar fazer uma comissão, deputado Fábio, para que possamos fazer os encaminhamentos e acompanhar de perto esses dois graves problemas que o Estado da Bahia está enfrentando.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Ordem do Dia.

Em discussão e única votação o Projeto de Lei nº 21.532/2015, de procedência do Poder Executivo.

Faltam os Pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; de Agricultura, Política Rural; de Educação e Cultura, Ciências, Tecnologias e Serviços Públicos; de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Designo para relatar a matéria o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente,

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Agricultura e Política Rural, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos e Finanças Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.532/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009'.*

Apresenta, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto que ora passo a relatar, propondo alterações na Lei nº 11.631/2009, que dispõe sobre as taxas estaduais no âmbito do Poder Executivo.

A proposição tem por objetivo a atualização dos valores 'relativos às taxas referentes ao exercício do poder de polícia, prestação de serviços e análise dos processos de licenciamento e autorização ambiental', segundo registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual destaca a alteração dos critérios de estipulação do valor das taxas, 'ao considerar, além do tamanho das áreas, a sua localização nos Biomas Mata Atlântica, Caatinga ou Cerrado.'

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria da Bancada da Oposição, propondo a supressão do art. 2º, que altera o Anexo II da Lei nº 11.631/2009, o qual versa sobre as taxas pela prestação de serviços de vistorias para subsidiar a elaboração de pareceres técnicos necessários à emissão de autorizações, anuências, aprovações, créditos, reconhecimentos e outros atos referentes à: empreendimentos em Unidades de Conservação ou no entorno; supressão de vegetação; alteração de

uso do solo; plano de corte, averbação de reserva legal; plano de manejo florestal; aproveitamento de material lenhoso; queima controlada; levantamento circunstanciado; prorrogações, renovações e alterações com vistoria (por solicitação.)

Argumentam os Autores que a criação das taxas para os Biomas Caatinga e Cerrado, nos valores propostos, inibem a implantação de novos projetos agrícolas ou pecuários, em regiões sensíveis, particularmente, no Bioma da Caatinga, que se constituiu na região mais pobre do Estado e cujas dificuldades climáticas por si só já constituem empecilho ao desenvolvimento agropastoril da região, além do que a criação das exações trazem pouca repercussão na situação financeira do Estado e se configura em entrave ao desenvolvimento destas regiões. Opino pela rejeição da emenda, considerando que as referidas taxas, instituídas pela Lei nº 11.631/2009, têm como fato gerador a prestação, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, na área do Poder Executivo, cujo sujeito passivo é todo empreendedor ou empreendimento que seja submetido à análise, fiscalização e vistoria pelo órgão ambiental.

Nestes termos, assevera-se que o projeto em comento buscou, unicamente, a atualização dos valores das supracitadas taxas, em face do decurso de tempo desde sua formalização, estabelecendo a distinção entre os valores, com base no tipo de ato, do Bioma e da área relativa ao empreendimento / atividade, fatos que influenciam, diretamente, nos custos necessários à análise, fiscalização, vistoria e manifestação do órgão ambiental.

Por fim, venho, na condição de Relator, apresentar as seguintes emendas ao projeto, recomendando que na redação final se faça o devido ajuste na ementa:

Emenda de Relator nº 1 - Acrescenta art. 3º ao projeto, renumerando o atual, com a seguinte redação:

'Art. 3º - A Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e modificações:

'Art. 19. [...]

Parágrafo único - Fica permitido ao órgão executor da política ambiental do município, que possua conselho de meio ambiente, o licenciamento de empreendimentos e atividades que compreenda as faixas terrestres e marítimas da zona costeira, a exceção dos casos previstos por ato do poder executivo federal, definidos na Lei Complementar nº 140 de 2012, na área urbana'.

'Art. 139. [...]

§2º - Fica delegado ao órgão executor da política ambiental do município, que possua conselho de meio ambiente, a prática dos atos administrativos, desde que cumpridos os requisitos, como previstos no § 2º do art. 14 da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, nos processos de licenciamento ambiental de impacto local e autorização de supressão de vegetação nativa para todos os estágios de regeneração da Mata Atlântica, na área urbana.'

Emenda de Relator nº 2 - Acrescenta o art. 4º ao projeto, com a seguinte redação:

'Art. 4º - O art. 18 da Lei nº 11.612, de 8 de outubro de 2009, passa a vigorar acrescido do § 6º, com a seguinte redação:

'Art. 18. [...]

.....
§ “6º- Estão dispensadas de outorga de água as barragens para acumulação menores que 200.000m³.”

Emenda de Relator nº 3 – Acrescenta o art. 5º ao projeto, com a seguinte redação:

'Art. 5º - A Lei nº 11.631, de 30 dezembro de 2009, passa a vigorar acrescida , no Capítulo VI, do art. 9º-A, com a seguinte redação:

'Art. 9º-A - O órgão ambiental competente, recebido requerimento acompanhado com as guias de recolhimento das taxas previstas nesta Lei, poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI, LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observando o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do ato de protocolar o requerimento até o seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de 12 (doze) meses.

§1º A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor, requeridos pela autoridade ambiental em despacho fundamentando jurídica e tecnicamente.

§2º Os prazos estipulados no caput poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do órgão competente

§3º ocorrida a prorrogação prevista no §2º, o servidor responsável pela análise deverá analisar o requerimento prioritariamente a todos os demais trabalhos e atividades, assim que recebidos os complementos e/ou esclarecimentos.

§4º O recolhimento das taxas prevista no item 6.1 e subitens do Anexo II desta Lei terá 50% antecipados, cuja guia deverá ser apresentada junto com o respectivo requerimento, devendo o remanescente 50% ser recolhido até a retirada da licença ou outro ato administrativo vinculado, podendo ser retido até a comprovação do recolhimento.

Emenda de Relator nº 4 – Altera o art. 2º do projeto, modificando a redação dada ao Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, item 6.1.1.1 - No Bioma Mata Atlântica, passando a vigorar a seguinte redação:

6.1.1.1 No Bioma Mata Atlântica	<i>Valor em Real</i>
<i>Por área pleiteada inferior a 50 ha</i>	<i>R\$ 500,00</i>
<i>Por área pleiteada superior ou igual a 50,01 ha e inferior a 100 ha</i>	<i>R\$ 1.000,00</i>
<i>Por área pleiteada superior ou igual a 100,01 há e inferior a 250 ha</i>	<i>R\$ 3.000,00</i>
<i>Por área pleiteada superior ou igual a 250,01 e inferior a 500 ha</i>	<i>R\$10.000,00</i>
<i>Por área pleiteada superior ou igual a 500, 01 ou inferior a 1000 ha</i>	<i>R\$ 20.000,00</i>
<i>Por área pleiteada superior ou igual a 1000,01</i>	<i>R\$50.000,00</i>

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade aos requisitos exigidos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pela emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Simões Filho:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Pela ordem o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Nos termos do art. 81, e como membro titular da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos desta Casa, peço vista do projeto de lei.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- V. Ex^a será atendido, ainda mais por ser um brilhante deputado, mesmo estando só há 10 meses aqui na Casa, dando continuidade à jornada de seu pai. Baseado no Regimento Interno, vou conceder vista por 48 horas.

O Sr. Joseildo Ramos: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Pela ordem o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos: - Ouvi atentamente algumas falas principalmente de alguns deputados de Oposição acerca da tragédia que está acontecendo na Chapada Diamantina. Alguns discursos vão na direção certamente da disputa que envolve todo o ambiente da política, o que é lamentável. Parece-me que existe uma memória seletiva aqui nesta Casa. V. Exa, inclusive, tentou ajudar na discussão, eu ouvi e vi lá do meu gabinete, quando V. Exa que é de lá demonstrava que esses incêndios ocorrem por conta da situação climática e por conta dos graves problemas que têm acontecido nos últimos anos, quando os extremos estão acontecendo nos hemisférios Norte e Sul, ou seja em todo o mundo.

Ainda bem que uma tragédia dessa está ocorrendo nos dias de hoje. Recentemente foi nos Estados Unidos, que tem um aparato para apagar um incêndio de centenas de milhares de hectares, um aparato da maior nação do mundo, onde há a maior tecnologia à disposição, e certamente lá Oposição e Situação estavam se ocupando dessa matéria.

Lembro que aqui boa parte dessas cidades vizinhas que possuem áreas de atividade de refino de petróleo e de gás, como a sua cidade, deputado Alex Lima, Esplanada, que não tinha plano de fuga, que não tinha unidade de Corpo de Bombeiros... Alagoinhas não tinha unidade de Corpo de Bombeiros há poucos anos, há dez anos! Ainda bem que essa situação ocorre nos dias de hoje com a capacidade mobilizadora deste atual governo e com o aparato que tem à disposição. É pouco? É. Agora, ouvir, como eu ouvi há pouco, que falta fiscalização para quem, eventualmente, numa área daquela comete um crime humano de tocar fogo na vegetação!! Qual a fiscalização que daria conta disso? Então seria uma insanidade.

Acho que a gente deve compor a possibilidade de fazer um discurso mais efetivo e com a memória menos seletiva do que o que a gente acabou de ouvir há pouco.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Não havendo mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.